



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO VIGILANTE – PT

Em 13/08/03
Assessoria de Planário

RQ 519/2003

REQUERIMENTO N.º
(Deputado Chico Vigilante – PT)

Do Protocolo Legislativo para registro e, em
seguida, à ASSP.
Em 13/08/03

Paulo Roberto Guimarães de Castro
Chefe da Assessoria de Planário

Requer a transformação da sessão ordinária do dia 18 de setembro de 2003, em Comissão Geral para discutir o Setor Informal no Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Com amparo no art. 125, I do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a transformação da sessão ordinária do dia 18 de setembro de 2003 em Comissão Geral, com o objetivo de discutir o chamado Setor Informal no Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ n.º 519/03
Fls. n.º 01 RITA

Os Poderes Públicos devem reconhecer que a informalidade insere-se em novo contexto que exige um novo olhar e uma nova atuação. Se, na década de 70, o setor informal era pensado como fenômeno passageiro a ser combatido simplesmente ou *formalizado*, na década de 80, vivendo o País transformações importantes, constatava-se que *não mais se tratava de fenômeno passageiro, mas de uma estratégia de sobrevivência, uma resposta da força de trabalho à ausência de emprego e de um sistema de seguridade universalizado*, como observa Mario Theodoro, da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, no estudo intitulado *As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil*.

No Distrito Federal, deparamo-nos atualmente com significativo crescimento desse universo informal e, efetivamente, constatamos que a recusa em enfrentar o problema, com a participação de todos os segmentos da sociedade, favorece a eclosão de conflitos frequentes. Não se pode mais defender a erradicação pura e simples do setor informal, não se sustentam mais políticas que favoreçam o clientelismo político



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO VIGILANTE – PT

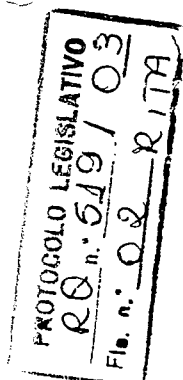
ou o corporativismo em prol dos grupos mais organizados e, por isso mesmo, com maior poder de pressão e mais próximos das estruturas de poder.

Por outro lado, a sociedade depara-se com a deficiência de serviços públicos, como o transporte, e o comércio clandestino prolifera em suas mais variadas formas, problemas que exigem a atuação dos Poderes Públicos em conjunto com todos os segmentos envolvidos.

Entendemos que o resgate da cidadania implica a discussão séria com os grupos que constituem o setor informal, muitos deles clandestinos, que exercem suas atividades sem qualquer forma de autorização e, o que é mais grave, fiscalização e controle do Poder Público, mas também com aqueles que exercem suas atividades na forma da lei e enfrentam concorrência desleal de outros que atuam à margem da legalidade.

Assistimos todos, com preocupação, o crescimento vertiginoso do número de pessoas ocupadas em atividades clandestinas, associadas à evasão fiscal, pirataria, tráfico de drogas, transporte e venda de mercadorias de contrabando, etc. Alguns números nos impressionam:

- 1) de acordo com a Federação Nacional dos Revendedores de Gás (FERGÁS) existem dez revendedores clandestinos de gás para cada revendedor legalmente constituído. Dos R\$ 200 milhões comercializados anualmente pelo setor, R\$ 80 milhões advêm da informalidade;
- 2) segundo levantamento da administração de Brasília, cerca de mil pessoas trabalham no centro da cidade vendendo lanches e refeições, sem respeitar quaisquer padrões sanitários;
- 3) calcula-se que cerca de 1.100 vans circulem diariamente pelas ruas do DF, sendo apenas 652 autorizadas pelo DMTU (Correio Braziliense de 7/3/2003);
- 4) de cada 100 cds vendidos, 53 são falsos (dados da Associação Brasileira de Produtores de Discos – ABPD).



Como formuladora das regras sociais, urge a esta Casa promover este debate no âmbito do Distrito Federal. Julgamos que, por meio da Comissão Geral ora proposta, os diversos segmentos envolvidos, empresários, entidades representativas do setor informal, autônomos, comerciantes, etc, certamente terão oportunidade de



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO VIGILANTE – PT

participar, efetivamente, da discussão do problema e contribuir na elaboração das políticas públicas que a sociedade do Distrito Federal requer.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003.

CHICO VIGILANTE
Deputado Distrital do PT

